


SEARCH ALL BLOGS

SEARCH THIS BLOG

GET YOUR OWN BLOG

FLAG?

NEXT BLOG»

Entrevistas

Nesta página você encontrará entrevistas especiais sobre a Conferência Regional das Américas. Veja mais em www.noticiascontraracismo.blogspot.com

Contributors

Rachel Quintiliano

Diana Clara Condá

Fabiana Veríssimo

Links

Principal

Áudios

archives

Julho 2006

28 Julho 2006

A discriminação de gênero e a pobreza são também portas de entrada para o racismo



“Nascer mulher, negro (a), indígena, cigano, ser jovem ou homossexual em nossas sociedades, significa nascer e viver com menos direitos. Significa nascer com e em desvantagens. Necessitamos de uma mudança cultural de nossas sociedades, a mudança simbólica interna que nos permita uma democracia real”.

Para Ana Falú, Diretora regional do escritório do Unifem para o Brasil e o Cone Sul, o diálogo sobre o racismo e a discriminação de gênero são fundamentais para a consolidação da democracia. “O racismo tem muitas portas de entrada, muitas intersecções, como a discriminação de gênero e a pobreza”.

Nesse sentido, a diretora chama atenção para a necessidade de ampliação das pesquisas e da produção de informações desagregadas por raça/etnia e sexo, para que se tenham retratos mais expressivos das desigualdades, para que se possam inclusive aplicar ações mais concretas

no combate a discriminação. “A SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) é um dos modelos mais avançados que temos hoje, mas precisa ser fortalecida para que seu acúmulo possa ser transferido para toda a região”.

Sobre a Conferência Regional das Américas Ana Falú afirma que “apesar das situações complexas em que se encontra essa conferência, pelo próprio tema e momento conjuntural, pelo fato do debate não ter sido fechado em Durban, a conferência está sendo um momento de consensos importantes e da forte expressão da sociedade civil das Américas”.

A diretora também ressaltou a participação significativa das mulheres, que segundo ela, ecoaram uma forte voz em todos os espaços. “Estou orgulhosa de ter participado e contribuído com esse processo de articulação das mulheres”. No encontro realizado dois dias antes da conferência, com mulheres de toda a América, apoiado pela Unifem, as mulheres puderam levantar discussões e consolidar uma agenda política, que inclui demandas das mulheres negras, brancas, indígenas e ciganas.

posted by Rachel Quintiliano @ 12:29 PM 0 comments

Cidadania é negada à população cigana



Na Conferência da Américas um tema de extrema importância que foi pautado é a situação da população cigana no Brasil e em outras partes da América. Márcia Yaskara Guelpa representante da população cigana falou um pouco sobre o tema.

A Conferência atendeu suas expectativas em relação às discussões sobre a população cigana?

Como cigana eu vim a essa conferência achando que mais uma vez meu povo não teria voz, mas eu achei que foi bem fértil. Estou representando 600 mil ciganos e metade deles são nômades e a minha preocupação é que não

temos cidadania reconhecida. Estamos cansados de ser tratados como outros. Temos que acabar com essa ignorância e indiferença em relação aos ciganos. Exigimos que a nossa cultura seja respeitada e resgatada. Um fato que poucas pessoas tem acesso é de que nos tivemos um presidente cigano, que foi o Juscelino Kubitschek e ninguém sabe disso.

No que os resultados da conferência podem contribuir para mudar a atual situação do seu grupo?

A conferência vai ajudar e muito, pois nós não queremos só terras, nós queremos acabar com esse estereotipo de que somos um povo misterioso, que temos maus costumes, pois isso não é verdade. As nossas danças e festas são muito bonitas, nós temos uma história que não foi contada. Ninguém sabe que na época da escravidão, os ciganos lutavam lado a lado com os negros, e que eles permitiam que os ciganos fizessem parte das comunidades quilombolas. São coisas que as pessoas, infelizmente, desconhecem.

posted by Fabiana Veríssimo @ 11:42 AM 0 comments

Relator da ONU convoca mobilização em todos os setores



O relator especial da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas, Doudou Diène disse que apesar da vontade política do atual governo brasileiro faz-se necessária uma mobilização da população.

Como o senhor avalia as políticas e ações de combate ao racismo no Brasil pós as conferências de Santiago [2000] e de Durban [2001]?

Depois da conferência de Durban se colocou em evidência o racismo e conseqüentemente as ações de combate ao terrorismo.

Neste momento o Brasil inicia essa nova conferência tentando colocar em prática o dinamismo de Durban e nesse sentido existem três desafios: colocar em prática as ações previstas no plano de ação elaborado em Durban, fazer com que o Brasil consiga combater o racismo e impulsionar uma dinâmica maior em toda a América Latina e por fim alcançarmos o combate mundial contra o racismo.

Além de conferências, seminários e encontros para discutir a situação da população indígena e negra quais são as outras formas de identificar os avanços na luta contra o racismo?

Há três maneiras de combater o racismo: de forma legal, política e cultural. A política se expressa na vontade de combater o racismo. E isso o Lula já fez. A legal é desenvolver leis de combate ao racismo dentro do país e a terceira seria combater o racismo de maneira cultural, desde a raiz, ou seja, de forma ética.

O senhor recomenda no [relatório de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e todas as formas de discriminação](#), que a erradicação da violência aplicada aos povos indígenas e afro-brasileiros, vítimas de homicídios deveria ser uma prioridade do governo. Prestes a completar um ano em que o senhor visitou o Brasil, isso ainda não aconteceu e há registro do aumento da violência, principalmente em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal. Por que a violência contra negros e indígenas não é priorizada? Existe alguma questão política por trás disso?

O racismo é profundo na sociedade brasileira e para erradicá-lo é necessária uma ação em longo e não curto prazo. De acordo com as minhas informações o combate ao racismo no Brasil é muito recente e eu espero que haja mudança, mas primeiro é preciso ter vontade política. Há um programa de ações pós Durban e a prática dele depende da interação das pessoas são vítimas dessa prática. Mesmo assim, apesar da vontade política do presidente Lula é necessário que a população se mobilize e tenha esse documento como uma forma de ação. A vontade política não supre essa necessidade. É necessário que o povo se mobilize e faça pressão.

Que impacto causa em outros países do mundo, os casos de violência contra negros e indígenas no Brasil?

Os efeitos são os mesmos: a marginalização da população em níveis políticos e sociais. Na polícia as formas de discriminação são mais notórias e profundas. O processo de combate ao racismo que o presidente Lula iniciou deve ser expandido por outros campos com o objetivo de dar um fim à todos os problemas sociais, políticos e econômicos.

posted by Diana Clara Condá @ 7:17 AM 0 comments

27 Julho 2006

Comunidade negra norte-americana enfrentam os mesmos problemas

Judith Morrison, da Inter-Agency Consultation on Race in Latin América fala um pouco sobre a situação dos negros norte-americanos.



O que é preciso fazer para que exista uma maior participação da comunidade negra norte-americana em processos como este da Conferência Regional das Américas?

Existem instituições interessadas no debate e os problemas enfrentados pela população negra no Brasil, no Canadá, no México e em outros países são só mesmos. É o racismo. Somos da mesma família, compartilhamos da mesma história de escravidão e por isso temos possibilidade de ampliar nosso diálogo e estabelecer intercâmbios.

Mas ainda assim, no Brasil e mesmo na América Latina tem-se a impressão de que os afro-americanos não compartilham dos mesmos problemas. Como é isso?

Após a passagem do furacão Katrina, que atingiu o sul do Estados Unidos em 2005, região onde vive grande parte da população negra no país, uma grande reflexão surgiu sobre a situação dos negros nos Estados Unidos. Foi possível pela primeira vez mostrar a pobreza e a criminalização desse grupo. As pessoas pensavam que coisas andavam bem, mas depois deste acontecimento viu-se a situação problemática que a população negra norte-americana enfrenta.

posted by Rachel Quintiliano @ 9:49 AM 0 comments

“Há muita pressão dos conservadores para que Governos não liberem recursos”

Entrevista com a presidente do Ação Cidadã (principal partido de oposição da Costa Rica), Epsy Campbell

Em entrevista ao Notícias Contra o Racismo, Epsy Campbell, fala das dificuldades que a sociedade enfrenta para alavancar projetos com recorte racial.

Ontem na abertura oficial da conferência, os expositores falaram muito sobre dificuldade de financiamento de projetos de inclusão com enfoque racial. Aqui no Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial ainda não foi implementado de fato por causa da falta de apoio de parte da sociedade, dos parlamentares e de recursos financeiros. Qual a explicação para esse fato?

Apesar de termos avançados nos assuntos relacionados à questão racial, a luta contra o racismo ainda não é uma prioridade para os governos de todos os países, por isso não liberam todos os recursos necessários porque os Estados, incluindo o brasileiro, acham que a questão do combate ao racismo é importante, mas não prioritário. Tomam-se decisões para adotar políticas públicas de combate à discriminação, mas não incorporam recursos necessários. Isso nos obriga [movimentos da sociedade civil] a falar e repetir sempre da questão racial para que os avanços políticos tenham consequência em recursos econômicos. Acredito que ainda há muita pressão dos grupos conservadores para que os Governos não liberem recursos para projetos de igualdade racial, porque os conservadores têm cotas de poder importante em vários países, incluindo o Brasil.

E enquanto isso, o que a população deve fazer para ajudar a implementar esses projetos?

Primeiro se organizar, segundo, pressionar os Governos local e federal, terceiro, fazer uma aliança entre os diversos atores sociais para que se tenha mais força e a pressão seja maior e quarto utilizar o voto como instrumento de mudança. A possibilidade de votar permite ao povo avaliar as posições políticas dos partidos, também é necessário que se tenha uma interlocução com as instituições internacionais, para que estas pressionem o governo e, por último, devem se fazer alianças entre movimentos sociais internacionais para utilizar a

globalização como forma de combate ao racismo.

posted by Diana Clara Condá @ 7:42 AM 0 comments

24 Julho 2006

Governos ainda não têm promoção da igualdade racial como compromisso



Para Sergia Galván, do Coletivo Mulher e Saúde da República Dominicana e membro da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas e Caribenhas, os governos têm avançado pouco na implantação de políticas de promoção da igualdade de gênero e raça nas Américas.

Quais foram os principais avanços nos últimos anos no que diz respeito a promoção da igualdade de gênero e raça nas Américas?

Sergia Galván - Existem avanços, mas eles caminham lentamente. Foram criados mecanismos de promoção da igualdade racial, a questão está posta na agenda pública, há um crescente processo de articulação dos movimentos sociais em torno da agenda de Durban e o fortalecimento das mulheres negras no debate. Mas quase não existem avanços nos níveis governamentais. Não há um compromisso real em transformar o Plano de Ação de Durban em políticas públicas.

Então o grande desafio é colocar o combate ao racismo nas agendas dos países?

Sergia Galván - Sim. O grande desafio é comprometer a Organização das Nações Unidas e seus Estados membros e construir uma Convenção Interamericana de Combate ao Racismo. Para além disso, é preciso também avaliar e acompanhar as ações em curso.

Quais são suas expectativas em relação a participação das mulheres na Conferência Regional das Américas?

Sergia Galván - Eu espero que possamos, hoje neste encontro (Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as formas de Discriminação) fixar uma agenda comum para as mulheres negras, indígenas e brancas. Unir as forças do movimento feminista, de mulheres indígenas e de mulheres negras, para que no espaço da conferência possamos fazer-nos presentes, negociar e construir pautas para um diálogo futuro.

posted by Rachel Quintiliano @ 1:06 PM [1 comments](#)

